

CELSEPAR -
Centrais Elétricas
de Sergipe
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Diretores da
CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.
Aracaju – SE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como individual e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

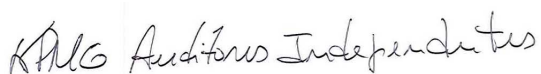
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 16 de Maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando de Oliveira Abreu
Contador CRC BA-029520/O-7

CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	nota	Controladora		Consolidado			nota	Consolidado		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.033	589	224.487	291.911	Fornecedores	17	-	-	557.736	313.493
Aplicações financeiras	8	-	-	689.076	454.114	Empréstimos e financiamentos	18	516.081	276.971	1.103.953	428.478
Contas a receber	9	-	-	684.571	279.223	Debêntures	19	-	-	97.935	258.026
Imposto de renda e contribuição social	10	-	-	9.219	9.183	Imposto de renda e contribuição social	10	-	-	3.482	-
Impostos a recuperar	10	-	-	42.885	10.238	Impostos a recolher	21	-	-	78.902	14.190
Adiantamento a fornecedores		-	-	3.711	4.217	Arrendamentos a pagar	20	-	-	71.687	99.430
Instrumento financeiro derivativo	12	-	12.210	-	12.210	Outras contas a pagar		-	-	21.396	10.870
Estoque	11	-	-	62.162	6.193	Total do circulante		516.081	276.971	1.935.091	1.124.487
Outros créditos	13	-	-	48.212	17.015						
Total do circulante		1.033	12.799	1.764.323	1.084.304	Não circulante					
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	18	314.226	407.512	2.260.856	2.242.676
Custos com captação de empréstimos	18	-	-	2.779	-	Debêntures	19	-	-	2.401.384	2.313.015
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	-	-	235.303	123.273	Partes relacionadas	23	23.375	21.032	23.375	21.032
Adiantamento para imobilizado	14	-	-	329.679	250.056	Arrendamentos a pagar	20	-	-	3.421.261	3.129.259
Outros créditos		-	-	780	764	Total do não circulante		337.601	428.544	8.106.876	7.705.982
Investimentos	15	1.843.821	2.032.728	-	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	16	-	-	8.700.096	8.711.897	Capital social	24	1.727.908	1.727.908	1.727.908	1.727.908
Intangível		-	-	179	187	Reserva Especial	24	-	-	36.346	36.346
Total do não circulante		1.843.821	2.032.728	9.268.816	9.086.177	Prejuízo acumulado	24	(736.736)	(387.896)	(773.082)	(424.242)
Total do ativo		1.844.854	2.045.527	11.033.139	10.170.481	Total do patrimônio líquido		991.172	1.340.012	991.172	1.340.012
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.844.854	2.045.527	11.033.139	10.170.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	25	-	-	3.623.735	1.732.994
Custos operacionais	26	-	-	(2.618.452)	(1.288.639)
Lucro Bruto		-	-	1.005.283	444.355
Despesas gerais e administrativas	27	(355)	(148)	(63.436)	(57.054)
Resultado de equivalência patrimonial	28	(188.907)	(162.946)	-	-
Outras Receitas / Despesas	27	-	-	98.580	(16.679)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(189.262)	(163.094)	1.040.427	370.622
Receitas financeiras	29	18.107	250	92.188	205.969
Despesas financeiras	29	(177.685)	(185.100)	(1.579.016)	(1.009.566)
Despesas financeiras líquidas e impostos		(159.578)	(184.850)	(1.486.828)	(803.597)
Resultado antes dos impostos		(348.840)	(347.944)	(446.401)	(432.975)
Imposto de renda e contribuição social	10	-	-	(14.469)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	112.030	85.031
Prejuízo do Exercício		(348.840)	(347.944)	(348.840)	(347.944)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	24	(348.840)	(347.944)
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período		<u><u>(348.840)</u></u>	<u><u>(347.944)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

Demonstrações de mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Reserva de Capital</u>			
	<u>nota</u>	Capital social	Reserva Especial	Prejuízos acumulados	
				Total do patrimônio líquido	
Saldo em 1º de janeiro de 2020		<u>1.725.108</u>	<u>36.346</u>	<u>(76.298)</u>	<u>1.685.156</u>
Aumento de Capital	24	2.800	-	-	2.800
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(347.944)</u>	<u>(347.944)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>1.727.908</u>	<u>36.346</u>	<u>(424.242)</u>	<u>1.340.012</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021		<u>1.727.908</u>	<u>36.346</u>	<u>(424.242)</u>	<u>1.340.012</u>
Aumento de Capital		-	-	-	-
Prejuízo do período	24	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(348.840)</u>	<u>(348.840)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>1.727.908</u>	<u>36.346</u>	<u>(773.082)</u>	<u>991.172</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(348.840)	(347.944)	(348.840)	(347.944)
Ajustes por:				
Imposto diferido	-	-	(97.561)	(85.031)
Depreciação	-	-	350.351	185.634
Amortização	-	-	66	54
Resultado de equivalência patrimonial	188.907	162.946	-	-
Variação cambial - fornecedores estrangeiros	-	-	(775)	(2.887)
Instrumentos financeiros - derivativos	12.210	8.590	12.210	8.590
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	(20.776)	(9.024)
Juros e encargos da dívida	145.824	176.017	994.520	804.866
Juros e encargos da mútuo	1.543	232	1.543	232
Juros e variações cambiais de arrendamento	-	-	466.238	105.128
	(356)	(159)	1.356.976	659.618
Alterações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(405.348)	(279.223)
Impostos a recuperar	-	-	(32.683)	(1.393)
Instrumentos financeiros - derivativos	-	(20.800)	-	(20.800)
Estoque	-	-	(55.969)	57.781
Outros créditos	-	-	(30.707)	(14.443)
Fornecedores	-	(23)	83.657	(72.358)
Outras contas a pagar	-	-	10.528	7.993
Impostos a recolher	-	-	67.059	11.565
Caixa utilizado nas atividades operacionais	-	(20.823)	(363.463)	(310.878)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(10.987)	-
Pagamento de juros de empréstimos e debêntures	-	(2.522)	(500.978)	(502.798)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(356)	(23.504)	481.548	(154.058)
Atividade de investimento				
Aplicação financeira	-	-	(1.367.353)	(68.826)
Resgate aplicação financeira	-	-	1.153.167	70.343
Adições de intangível	-	-	(58)	(55)
Adiantamento para imobilizado	-	-	(124.544)	(275.641)
Adições de imobilizado	-	-	(37.238)	(18.712)
Aumento de capital em investida	-	(526.680)	-	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	-	(526.680)	(376.026)	(292.891)
Atividade de financiamento				
Integralização de capital social	-	2.800	-	2.800
Captação de empréstimos e debêntures	-	526.680	-	670.287
Captação de empréstimos de mútuo	800	20.800	800	20.800
Amortização de empréstimos e debêntures	-	-	(312.012)	-
Captação de empréstimos capital de giro	-	-	860.265	-
Amortização de empréstimos capital de giro	-	-	(419.862)	-
Custos relacionados a captação empréstimos	-	-	(2.779)	(2.644)
Pagamento de passivos de arrendamentos	-	-	(299.358)	(149.508)
Fluxo de caixa gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento	800	550.280	(172.946)	541.735
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	444	96	(67.424)	94.786
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	589	493	291.911	197.125
Caixa e equivalente de caixa no final do período	1.033	589	224.487	291.911
Variação líquida de caixa e equivalente de caixa	444	96	(67.424)	94.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

- **Descrição do Negócio**

CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. (CELSEPAR ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, fundada em 11 de dezembro de 2017. A atual sede social da Companhia se encontra no endereço Av. José Machado de Souza, 220, sala 1208, Jardins - Aracaju- Sergipe. A Companhia é uma joint venture da Energias Brasil Ltda. e NFE Power Brasil Participações Ltda., cada uma com 50% de participação na CELSEPAR.

- **Continuidade operacional**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados nas demonstrações financeiras e também de acordo com os planos abaixo descritos.

Em 2021, a Companhia verificou um prejuízo de R\$ 348.840 (prejuízo de R\$ 347.944 em 2020), na controladora e consolidado, principalmente devido à forte desvalorização do Real frente ao Dólar, de 7,39% em 2021 (28,93% em 2020), que provocou impacto negativo nas despesas financeiras, pois parte do endividamento da sua controlada CELSE e a totalidade do seu endividamento estão indexados ao dólar norte-americano devido a necessidade da Companhia de captar recursos junto à GE Capital, em janeiro e março de 2020, para aportar recursos na controlada CELSE, para que esta última cumprisse com suas obrigações com o serviço da dívida. Adicionalmente, a totalidade do saldo de Arrendamentos no montante de R\$ 3.492.948 é indexada ao dólar norte-americano.

A Companhia apresentou consumo de caixa operacional de R\$ 356 (consumo de R\$ 23.504 em 31 de dezembro de 2020), geração de caixa operacional de R\$ 481.548 (consumo de R\$ 154.058 em 31 de dezembro de 2020), na controladora e consolidado, respectivamente. No segundo trimestre de 2020, a controlada CELSE começou a gerar caixa através do recebimento integral da receita fixa, regularizando sua situação de caixa, e terminou o ano com capital circulante líquido positivo de R\$ 344.280.

O total do capital circulante líquido é negativo em R\$ 515.048 (negativo em R\$ 264.172 em 31 de dezembro de 2020), negativo em R\$ 170.768 (negativo em R\$ 40.138 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e consolidado, respectivamente.

A administração vem buscando e já tem compromissos firmes de recursos ainda não captados que possibilitam alongamento das suas dívidas com taxas de juros menores que as atuais bem como troca da dívida indexada em dólares norte-americanos por índices nacionais que diminui sua exposição a variação cambial. A administração também pode, se necessário, postergar o pagamento de parte das dívidas com vencimento no curto prazo para mais um ano com o

incremento de juros de acordo com os referidos contratos o que possibilita maior prazo para regularização de sua estrutura de financiamento.

A administração entende que os próximos anos serão melhores e vem acompanhando atentamente as projeções das variações cambiais e demais índices macroeconômicos brasileiros, bem como, a evolução do seu endividamento.

A administração reconhece que existe um certo grau de incerteza sobre a capacidade da Companhia para cumprir com as suas necessidades de financiamento e para refinar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

- **Operação comercial**

Em 1º de janeiro de 2020, a Companhia não iniciou a operação comercial conforme previsto em seus Contratos de Compra de Energia (PPA) em ambiente regulado e exigido pelas regras do 21º Leilão de Projetos de Nova Geração de Energia.

Em 31 de dezembro de 2019 o projeto estava em fase final de comissionamento. Em 20 de março de 2020, por meio do Despacho nº 830, a ANEEL concedeu à CELSE a declaração parcial de operação comercial e autorizou o início da operação das (i) Unidades Geradoras 1 (UG1) à UG3, com entrada em operação comercial em 21 de março de 2020; e (ii) UG4, com entrada em operação comercial em 21 de março de 2020. Em 14 de abril de 2020, por meio do Despacho nº 1.039, a ANEEL concedeu à CELSE o Declaração de Operação Comercial plena e autorizou a operação da UG4, em potência máxima a partir de 15 de abril de 2020.

Entre os fatores que contribuíram para o atraso da Companhia em iniciar a operação comercial em tempo hábil, estão os seguintes (i) várias greves durante o curso de 2018, especialmente a greve alfandegária, que afetou significativamente a construção da planta; e (ii) atraso na entrega do componente offshore do projeto devido ao fraco desempenho do contratante, atrasando a disponibilidade de gás para comissionamento.

No segundo semestre de 2019, para atender à sua obrigação contratual de PPA, que exigia a disponibilização de 867 Megawatt por minuto (MWm) por mês, durante os primeiros três meses de 2020, a CELSE, seguindo a Resolução 595/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabelece critérios para a contratação de energia elétrica em caso de atraso no início da operação comercial, firmou contratos de compra de energia com a Centrais Elétricas de Pernambuco (EPESA). Assim, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020, a CELSE adquiriu em média 867 MWm de energia elétrica, entregando a quantidade necessária para cumprir sua obrigação contratual com as 26 distribuidoras, por um preço médio de R\$ 285,92 por MWh, totalizando um valor de R\$ 488.133. Conforme determinado no PPA, a entrega efetiva de energia quando não exigida pelo operador do sistema elétrico nacional é avaliada a preço de mercado na data efetiva da transação, uma vez que as transações de compra e venda de energia foram fechadas na mesma data e seguindo preços à vista na data de cada transação, a Companhia não teve nenhum impacto material como resultado dessas transações.

Em 21 de março de 2020, após finalização da etapa de testes, a CELSE entrou em operação comercial parcial fazendo jus, desde essa data, ao recebimento da Receita Fixa .

Em 15 de abril de 2020, a Companhia passou a operar em sua totalidade, e com base nos PPAs, as receitas da CELSE com a venda de energia incluem (i) um componente de receita denominado em reais (indexado pela inflação) para a disponibilidade da usina, e (ii) um componente de receita variável com base na quantidade MWh de energia gerada, se houver. Cada comprador nos termos dos PPAs assinou um contrato de garantia, prevendo a oneração de parte das receitas de cada comprador para garantir o cumprimento das suas obrigações de pagamento conforme determinado nos PPAs.

- **Despacho pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (O.N.S.)**

Em 2020 a CELSE só foi requerida a gerar energia na semana operativa de 28 de março a 3 de abril de 2020.

Em relação a 2021, o O.N.S. comandou o despacho antecipado da Companhia pelos seguintes períodos:

- 03 de julho a 27 de agosto de 2021 (por garantia energética);
- 28 de agosto a 10 de dezembro de 2021 (por ordem de mérito); e
- 11 de dezembro a 31 de dezembro de 2021 (por garantia energética).

O despacho por segurança energética ocorre quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) determina ao O.N.S. (Operador Nacional do Sistema) que solicite a geração por usinas termelétricas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional. Motivada pela declaração do O.N.S. que o país passa pela pior crise hidrológica desde 1930. Devido a crise energética brasileira em decorrência da crise hídrica, que levou os reservatórios de usinas hidrelétricas a níveis muito baixos, o O.N.S. precisou compensar a baixa produção das hidrelétricas com o acionamento das usinas termelétricas, que operam principalmente com gás natural.

- **Benefício fiscal SUDENE**

Houve a aprovação ao enquadramento relativo ao benefício fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no uso de suas atribuições, em sessão realizada em 25/02/2021. A aprovação é referente ao enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculado com base no lucro da exploração. O período de vigência do incentivo fiscal é de 10 anos, compreendendo na fruição nos anos calendários de 2021 a 2030.

- **Empréstimo de capital de giro**

Em julho de 2021, a Companhia contratou junto ao Banco Bradesco uma linha de Capital de Giro de até R\$ 837.075 (USD 150,000) para cobrir eventuais descasamentos de caixa nas compras de cargas de gás natural para a geração de energia da UTE. Em setembro de 2021, considerando os novos cenários de despacho da UTE e a necessidade de cargas de gás adicionais, a Companhia e o Banco Bradesco celebraram um aditivo ao contrato da linha de Capital de Giro, aumentando o limite de crédito disponível de USD de R\$ 837.075 (150.000) para 1.116.100 (USD 200.000). A Companhia captou um total de R\$ 860.265 até 31 de dezembro de 2021.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, correspondendo estas as mesmas informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 16 de maio de 2022.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a administração fez julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre os julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas a seguir:

- Nota Explicativa nº 14 – imobilizado: avaliação se um custo incorrido durante a fase pre-operacional é capitalizável ou não.
- Nota Explicativa nº 20 – Arrendamento a pagar: avaliação sobre se o contrato contém ou não um arrendamento

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre premissas e incertezas de estimativa que apresentam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas Explicativas a seguir:

- Nota Explicativa nº 10 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais reportáveis podem ser utilizados; e
- Nota Explicativa nº 14 – determinação da vida útil de ativos fixos.
- Nota Explicativa nº 18 – determinação da taxa de desconto para mensuração dos passivos de arrendamento.
-

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretores ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar o valor justo, a administração analisa as evidências obtidas para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia com base nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: dados para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (dados não observáveis).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados a vaor justo.

6 Principais políticas contábeis significativas

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão a seguir:

6.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua subsidiária listadas abaixo:

	2021	2020
Controlada		
<i>Subsidiária</i>		
Centrais Elétricas de Sergipe S.A.	100%	100%

Subsidiária

Subsidiárias são entidades controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos a, retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas e despesas não realizadas decorrentes de transações intragrupo, são eliminados.

6.2 Moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do balanço. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio da data da transação. Quaisquer diferenças de moeda estrangeira decorrentes de custos não diretamente relacionados com a construção da planta são geralmente reconhecidas no resultado. As diferenças de moeda estrangeira relacionadas ao custo do empréstimo são capitalizadas durante a fase de construção da planta.

6.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente no momento em que são originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo acrescido, para um item não mensurado ao FVTPL (valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; em FVOCI (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - investimento de dívida; em FVOCI - instrumento de patrimônio; ou a FVTPL (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados posteriormente ao reconhecimento inicial, a menos que a Companhia mude seu modelo de negócios de gestão de ativos financeiros, caso em que todos

os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro período de relatório após a mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é medido pelo custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas e não for designado como no FVTPL:

- é mantida dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos para coletar fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Um investimento de dívida é medido em FVOCI se ambas as condições a seguir forem atendidas e não for designado como em FVTPL:

- é mantida dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais dão origem em datas especificadas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em dívida

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou FVOCI, conforme descrito acima, são classificados como FVTPL. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI como ao FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

A administração avalia o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em nível de carteira porque isso reflete melhor a forma como o negócio é administrado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e a operação dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração está focada em obter receita de juros contratual, manter um perfil de taxa de juros particular, combinar a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda dos ativos;
- como o desempenho do portfólio é avaliado e relatado à administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento da venda do ativo financeiro em períodos anteriores, as razões para essas vendas e as expectativas sobre as atividades de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para este fim, consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são medidos pelo valor justo por meio do resultado (FVTPL).

Ativos financeiros

- avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros. Para efeitos desta avaliação, “principal” é definido como o justo valor do ativo financeiro no reconhecimento inicial. "Juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e também por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos) como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atendessem a essa condição. Ao fazer esta avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que mudariam o valor ou o momento dos fluxos de caixa;
- termos que podem ajustar a taxa de cupom contratual, incluindo recursos de taxa variável;
- recursos de pré-pagamento e extensão; e
- termos que limitam a reivindicação da Empresa aos fluxos de caixa de ativos especificados (por exemplo, recursos sem recurso).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente, ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, as despesas com juros, os ganhos e as perdas da variação cambial são reconhecidos no resultado, quando não diretamente relacionados à construção da usina. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

No momento do desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legalmente exequível de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.4 Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perdas em um montante igual às perdas de crédito esperadas para a vida toda, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito à data de relato; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência durante a vida útil esperada do instrumento financeiro) não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial

A Empresa considera um ativo financeiro inadimplente quando:

- É altamente improvável que o devedor pague todas as suas obrigações de crédito para a Empresa sem o recurso da Empresa a ações como a obtenção de garantia (se houver); Os ECLs vitalícios são os ECLs que resultam de todos os eventos de default possíveis durante a vida esperada de um instrumento financeiro.
- ECLs de 12 meses são ECLs que resultam de possíveis eventos de default dentro dos 12 meses após a data do relatório (ou um período mais curto, se a vida esperada do instrumento for menor que 12 meses).

O período máximo considerado para estimar a perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está sujeita a riscos de crédito.

(ii) Ativos financeiros deteriorados

Em cada data de reporte, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um ativo financeiro é ‘prejudicado pelo crédito’ quando um ou mais eventos que têm um impacto prejudicial sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ocorreram.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro está com problemas de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- Violação de cláusulas contratuais, como inadimplência ou atraso superior a 90 dias;
- A reestruturação de um valor devido à Companhia em termos que ela não consideraria de outra forma;
- É provável que o tomador declare falência ou outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de um mercado ativo para um título devido às dificuldades financeiras.

(iii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. A Companhia apresenta a provisão para perdas de crédito esperadas em rubrica específica na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há provisão constituída.

(iv) Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem uma expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro total ou parcialmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não baixou nenhum ativo financeiro.

(i) Ativos não financeiros

A cada data de relatório, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros (impostos diferidos) para identificar indicadores de redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para o teste de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos que gera entradas de caixa pelo uso contínuo que são amplamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo ou UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável.

A Companhia não registrou nenhuma perda ao valor recuperável para os exercícios fiscais de 2021 e 2021, em função de ter feito análise e não ter identificado indícios de desvalorização de ativos (*triggers de impairment*) que demandassem a realização de teste de impairment.

6.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação conforme vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para perdas fiscais não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais eles possam ser usados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão das diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o valor das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer o ativo fiscal diferido na íntegra, são considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados pelas reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram

decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

6.8 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

6.9 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não

observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6.10 Reconhecimento de receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- Receita com venda de energia contratada por disponibilidade (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (CCEAR);

- Receita com venda de energia fornecida (obrigações de desempenho cumpridas em um momento): refere-se à receita variável, reconhecida por meio de medições para apurar os volumes de energia fornecida, relacionada ao Custo Variável Unitário (CVU) e ao Mercado de Curto Prazo (MCP), além do reembolso da energia comprada da CCEE. A receita de energia fornecida e os custos associados são reconhecidos pela entrega da energia gerada aos clientes.

6.11 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 e pelo IASB Internacional Accounting Standards Board, não produziram impactos relevantes em relação as demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários a vista	1.033	589	183.502	83.095
Aplicação financeira				
Santander – ContaMax Empresarial 5% CDI	-	-	40.985	42.595
CitiBank – Cash Blue RF Referenciado DI FI 60% CDI	-	-	-	166.221
Saldo	1.033	589	224.487	291.911

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, caixa e equivalentes de caixa, que é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 2021, as aplicações financeiras são títulos pós-fixados com rentabilidade média do período equivalente a 59% (77,62% em 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Aplicações financeiras (Controladora e Consolidado)

		31/12/2021	31/12/2020
Aplicação financeira	100% CDI	142.955	-
Aplicação financeira DSRA (a)	75% CDI	441.716	454.114
Aplicação financeira DSPA (b)	100% CDI	104.405	-
Saldo		689.076	454.114

- (a) Debt Service Reserve Account (DSRA) consiste em valores depositados em contas para garantia de financiamentos. Esses valores estão aplicados em fundos de investimentos indexados ao CDI. O valor a ser mantido nessas contas é calculado mensalmente com base nas regras de financiamento. Caso o saldo dessa conta seja superior ao valor mínimo estabelecido, a controlada CELSE poderá sacar a diferença; se for menor, a diferença é depositada. O saldo mínimo a ser mantido nessas contas está sujeito às seguintes regras: (i) Debêntures: o que for maior entre 1 (um) ano de juros ou 6 (seis) meses de juros mais principal; e (ii) Mandated Lead Arranger (MLA's): 6 meses de juros mais principal. A controlada CELSE pode usar os recursos alocados nessas contas de depósito para fazer pagamentos de juros e principal de curto prazo. No entanto, os valores sacados deverão ser repostos para fins de atendimento às regras acima constantes dos contratos de empréstimo e debêntures.
- (b) Debt Service Payment Account (DSPA) consiste em valores depositados em contas para pagamento dos financiamentos. Esses valores estão aplicados em fundos de investimento indexados ao CDI. O valor a ser mantido nessas contas é equivalente à próxima parcela de principal e juros da dívida que ocorre sempre nas seguintes datas de pagamento: 15/abril e 15/outubro. A controlada CELSE deve, ao longo dos 6 meses entre as datas de pagamento, preencher as contas DSPA com seu caixa livre, de acordo com as projeções de fluxo de caixa, até atingir o valor da próxima parcela da dívida. No entanto, não há uma regra que estabeleça os valores, datas e número de transferências a serem realizadas em cada ciclo de 6 meses.

9 Contas a receber (Controladora e Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR (a)	481.454	203.226
Contas a receber de mercado de curto prazo (CCEE) (b)	202.537	75.997
Contas a receber referente a Venda de Sucata	580	-
Saldo	684.571	279.223

- (a) A controlada CELSE tem compromisso de venda de energia regulada com 26 contratos com distribuidores de energia. O faturamento é realizado em três parcelas, cujos vencimentos ocorrerão conforme as seguintes datas:
- Primeira parcela: vencimento no dia 20 do mês subsequente ao mês do suprimento considerado;
 - Segunda parcela: vencimento no dia 30 do mês subsequente ao mês do suprimento considerado; e
 - Terceira parcela: vencimento no dia 15 do segundo mês subsequente ao mês do suprimento considerado.
- (b) As transações de energia no mercado de curto prazo (MCP) são liquidados de acordos com as regras de mercado. A controlada CELSE manteve transações no MCP porque possui déficit de lastro, e efetuou compras através de contratos bilaterais para recompor o nível requerido e não sofrer penalidades. Adicionalmente, este lastro possui uma energia associada que pode ser vendida na CCEE.

O aging do contas a receber está apresentada como segue:

	2021	2020
	<u>Receível</u>	<u>Receível</u>
A vencer	590.198	279.223
Vencido (Inferior à 5 dias)	94.373	-
	684.571	279.223

A controlada CELSE avaliou seu histórico de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a controlada CELSE não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos (Consolidado)

a. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculados pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	2021	2020
Resultado do período antes do IRPJ/CSLL	(286.468)	(247.977)
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	97.399	84.312
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos		
Outros adições (reversões) permanentes	162	719
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	97.561	85.031
Alíquota efetiva	34%	34%
IRPJ e CSLL corrente	(14.469)	-
IRPJ e CSLL diferidos	112.030	85.031

b. Composição do imposto de renda diferido

	<u>31/12//2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	<u>Saldo Líquido</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Prejuízo fiscal acumulado e base negativa	116.992	151.385
Arrendamento	118.311	(28.112)
Saldo final líquido	235.303	123.273

c. Composição do imposto de renda diferido

Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

	2021	2020
Saldo inicial	123.273	38.242
(+) Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício	112.030	85.031
Saldo final	235.303	123.273

d. Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A possibilidade de aproveitamento de prejuízos fiscais não expira, mas a utilização desses prejuízos acumulados em exercícios anteriores está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Para avaliar a realização dos ativos fiscais diferidos são utilizadas projeções de lucro tributável futuro do plano de negócios da CELSE, que indicam tendências e perspectivas, efeitos de demanda, concorrência e demais fatores econômicos que representam a melhor estimativa da administração sobre as condições econômicas existentes no período de realização do ativo fiscal diferido.

A Companhia tem atualmente 26 acordos de compra de energia e contratos com os principais fornecedores que fornecem informações para estimar receitas futuras e expectativas de custos. A projeção tributável futura da Administração foi realizada para um período de 10 anos, para o qual o imposto diferido reconhecido era totalmente realizável em 8 anos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Compensação tributos diferidos	-	9.267	17.894	23.521	35.913	48.251	60.081	40.376	235.303

e. Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a pagar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar:

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF sobre aplicações financeiras (a)	9.219	9.183

Os valores registrados referem-se basicamente, a imposto de renda decorrentes de retenções na fonte de resgates de aplicações financeiras e suas respectivamente atualizações pela SELIC.

Imposto de renda e contribuição social a pagar:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a recolher	3.482	-
CSLL a recolher	-	-
Saldo	3.482	-
Circulante	3.482	-

11 Estoques (Controladora e Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Gás natural liquefeito – GNL (a)	50.826	5.624
Material para operação e manutenção (O&M) (b)	11.336	541
Materiais de consumo	-	28
Saldo	62.162	6.193

(a) Em 2021, com os despacho comandado pela O.N.S. desde 03 de julho de 2021 a Companhia vem comprando GNL sistematicamente para atender os despachos.

(b) Com o início da operação, a Companhia adquiriu consumíveis para operação e manutenção da planta.

12 Instrumentos financeiros derivativos

Em 22 de julho de 2020, com o objetivo de proteger os pagamentos futuros do serviço da dívida da GE Capital - financiamentos em moeda estrangeira (Nota 18), a CELSEPAR contratou 2 (duas) opções flexíveis de compra (*call*) de câmbio do Banco Santander e do Banco Itaú Unibanco S.A.

	Controlada		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Santander - Opções flexíveis	-	6.325	-	6.325
Itaú – Opções flexíveis	-	5.885	-	5.885
Total	-	12.210	-	12.210

Seguem informações sobre os derivativos contratados e sua movimentação no ano de 2020 e 2021:

Non Delivery Option	julho/21	julho/21
Data de Liquidação:	22/07/2021	22/07/2021
Valor Nocional da moeda de referência (US\$):	65.000	65.000
Valor Nocional (R\$):	390.000	390.000
Preço de Exercício:	6,0000	6,0000
Prêmio (R\$):	10.400	10.400

	31/12/2020
Valor total do prêmio das opções	20.800
(-) Perda ou (+) Ganho com derivativos (MtM)	(8.590)
Saldo de instrumentos financeiros derivativos no Ativo Circulante em 31/12/2020	12.210
(-) Perda ou (+) Ganho com derivativos (MtM)	(12.210)
Saldo de instrumentos financeiros derivativos no Ativo Circulante em 31/12/2021	-

A Companhia, mensalmente, recebe as posições financeiras dos bancos com a posição Mark-to-Market (MtM) para contabilização da perda ou ganho das opções. Em 2021, o impacto na despesa financeira foi de R\$ 12.210 (R\$ 8.590 em 2020) (nota 29), opção não exercida..

13 Outros créditos (Controladora e Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Despesas Antecipadas – seguros a amortizar(a)	18.922	16.989
Reembolso General Electric - compra de energia (b)	28.768	-
Projetos P&D	495	-
Outros	27	26
	48.212	17.015
Saldo	48.212	17.015

- (a) A Companhia mantém política de cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Temos seguros de ativos onshore, offshore, de responsabilidade civil, seguros de garantia de depósitos judiciais.
- (b) Considerando que em caso de despacho por ordem de mérito, momento que a ONS (Operadora Nacional do Sistema elétrico) solicita a entrega física de energia, a companhia teria que gerar energia ou comprar energia de substituição para atender os seus contratos de fornecimento e que houve falha do transformador da turbina à gás denominado GT-11, foi assinado um acordo entre a Companhia e a General Electric Switzerland GMBH, General Electric International, Inc., GE Energia Térmica e Indústria Ltda. e Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda (contratados), através do qual foi definido que os contratados reconheciam sua responsabilidade parcial de falha do transformador, conforme contrato assinado em 02 de julho de 2021, com valores já pagos de R\$ 84.169 (US\$ 15,000), recebidos em novembro de 2021.

14 Adiantamento a Fornecedores para aquisição de imobilizado

Adiantamentos a fornecedores, durante período de construção da planta, referentes à aquisições de ativos fixos que foram transferidos para o imobilizado assim que os mesmos forem entregues à controlada CELSE. A tabela abaixo representa os movimentos dos adiantamentos a fornecedores:

	2021	2020
Saldo Inicial	250.056	141.265
(+) novos adiantamentos (a)	124.544	275.641
(-) Baixa adiantamento Imobilizado	(44.921)	(166.850)
	329.679	250.056
Saldo Final	329.679	250.056

- (a) A maioria dos adiantamentos realizados em 2021 são referentes ao contrato de EPC e a compra de sobressalentes de grande porte. Em 2021 os adiantamentos são referentes, basicamente, a sobressalentes de grande porte.

15 Investimentos

Em 2018, a CELSE tornou-se uma subsidiária integral da CELSEPAR. A seguir a mutação do investimento, que é avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

	2021	2020
Saldo inicial	2.032.728	1.668.994
(+) Novos aportes de capital	-	526.680
(-) Equivalência patrimonial	(188.907)	(162.946)
Saldo final	1.843.821	2.032.728

Controlada

Informações Financeiras resumidas

2021							
Controlada	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro / Prejuízo Líquido
CELSE	100%	1.763.290	9.268.816	1.419.010	7.769.275	1.843.821	(188.907)

2020							
Controlada	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro / Prejuízo Líquido
CELSE	100%	1.071.505	9.086.177	847.516	7.277.438	2.032.728	(162.946)

16 Imobilizado (Controladora e Consolidado)

a. Composição

	31/12/2021			31/12/2020			
	Taxas Anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Máquinas e equipamentos	2,50 - 16,67	4.816.304	(212.465)	4.603.839	2.812.474	(93.735)	2.718.739
Edificações	3,13 - 4	683.973	(153.974)	530.000	2.403.693	(78.466)	2.325.227
Móveis e utensílios	6,25 - 10	6.308	(1.697)	4.610	1.467	(440)	1.027
Equipamento de Informática	10 - 16,67	0	-	0	1.187	(694)	493
Linha de transmissão	2,50 - 6,67	255.277	(29.368)	225.910	394.391	(13.184)	381.207
Veículos	14,29	39	(5)	34	0	-	0
Ferramentas	6,25	0	-	0	68	(2)	66
Sobressalentes	-	90.684	-	90.684	7.208	-	7.208
Terrenos	-	7.567	-	7.567	7.567	-	7.567
Servidão	-	9.075	-	9.075	.	.	.
Direito de Uso (i)	4	3.469.941	(241.562)	3.228.379	3.372.562	(102.199)	3.270.363
TOTAL		9.339.168	(639.071)	8.700.097	9.000.617	(288.720)	8.711.897

(i) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 – Arrendamentos a pagar.

b. Movimentação

**CELSEPAR – Centrais Elétricas
de Sergipe Participações S.A.**
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021*

	Saldo Final 2020	Adição	Transferência (a)	Baixas	Depreciação	Saldo Final 2021
Máquinas e equipamentos	2.718.739	5.254	1.998.576	-	(118.730)	4.603.839
Edificações	2.325.227	124.065	(1.823.367)	(20.288)	(75.638)	530.000
Moveis e utensílios	1.027	292	3.730	(7)	(433)	4.610
Equipamento de Informática	493	34	(527)	-	-	0
Linha de transmissão	381.207	60.665	(187.349)	(12.430)	(16.182)	225.911
Veículos	0	39	-	-	(5)	34
Ferramentas	67	70	(137)	-	-	0
Sobressalentes	7.208	83.477	-	-	-	90.685
Terrenos	7.567	0	-	-	-	7.567
Servidão	0	0	9.075	-	-	9.075
Direito de Uso (i)	3.270.363	97.379	-	-	(139.363)	3.228.379
Saldo	8.711.898	371.275	0	(32.724)	(350.351)	8.700.099

(i) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 – Arrendamentos a pagar.

	Saldo Inicial 2019	Adição	Transferência (b)	Baixas	Depreciação	Saldo Final 2020
Máquinas e equipamentos	96	20.123	2.792.233	-	(93.713)	2.718.739
Edificações	544	103.775	2.299.262	-	(78.354)	2.325.227
Moveis e utensílios	1.077	72	19	-	(141)	1.027
Equipamento de Informática	713	18	2	-	(240)	493
Linha de transmissão (c)	-	15.832	395.373	(16.814)	(13.184)	381.207
Ferramentas	-	33	35	-	(2)	66
Peças de Reposição	10	7.198	-	-	-	7.208
Terrenos	7.567	-	-	-	-	7.567
Direito de Uso (i)	-	3.261.205	111.357	-	(102.199)	3.270.363
Imobilizado em curso	5.176.982	309.941	(5.486.923)	-	-	-
Saldo	5.186.989	3.718.197	111.358	(16.814)	(287.833)	8.711.897

(i) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 – Arrendamentos a pagar.

(a) Ajuste inventário físico

No final de 2020, foi contratada uma empresa especializada para realização do inventário dos ativos imobilizados da controlada CELSE. Assim sendo, quando da finalização dos trabalhos e entrega dos relatórios em 2021, as reclassificações contábeis foram efetuados, conforme pode ser observado na coluna “Transferência” do quadro de movimentação de 2021.

(b) Transferência do imobilizado em curso

Os saldos contabilizados como imobilizado em curso (R\$ 5.486.923), foram transferidos, em 2020, para imobilizado em serviço a partir da entrada em operação da Usina (21 de março de 2020). Com a entrada em operação da usina, ocorreu o reconhecimento das condições operacionais pretendidas pela administração e os benefícios econômicos associados aos ativos.

(c) Baixa do transformador

Em setembro de 2020, durante a rampa de desligamento dos geradores, ocorreu um flashover (arco elétrico) em um dos disjuntores e um curto circuito no transformador da turbina a vapor. Após inspeção in loco e do fabricante, chegou-se à conclusão que o reparo do transformador não seria viável e a recomendação do fabricante foi a sua substituição por um novo. Assim sendo, a controlada CELSE emitiu imediatamente um pedido de compra para o fabricante e a previsão de retorno à condição operacional será em maio de 2021. Foi reconhecido o write-off (baixa do ativo) do transformador pelo montante de R\$ 16.814.

Em 04 de fevereiro de 2021, enquanto estava conectado e recebendo energia da rede, o transformador elevador da turbina a gás (GT-11) teve um curto-circuito interno que, em uma inspeção realizada pelo fabricante, foram verificados danos internos no equipamento. Uma futura desmontagem a ser realizada pela General Electric é esperada enquanto o fabricante do transformador conclui a análise de causa raiz. Entretanto, a controlada CELSE encomendou um novo transformador e acionou a seguradora. Foi reconhecido o write-off (baixa do ativo) do transformador pelo montante de R\$ 12.430.

17 Fornecedores (Controladora e Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores do contrato EPCista (a)	267.262	271.321
APL Morway	125.556	-
Sapura Energy do Brasil Ltda (b)	15.070	15.070
GE Global Parts & Products GMBH	35.290	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (c)	30.663	-
Prolec GE Brasil Transmissão de Energia	16.785	-
GE Power & Water	15.767	-
Renovação de seguros usina	2.994	6.159
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST)	13.255	11.522
Materiais e serviços	35.094	9.421
	<hr/>	<hr/>
Saldo	557.736	313.493

- (a) A controlada CELSE assinou um contrato EPC, em escala global com General Electric Switzerlad GmbH, Alstom Energia e entre outros, no âmbito do Contrato EPC, os contratados são responsáveis pela construção, design, engenharia e aquisição da Usina, que compreende os geradores, uma subestação de alta tensão e uma linha de transmissão de alta tensão, entre outros sistemas e componentes os montantes apropriados de custo de captação mais a SERV quando da captação das debêntures. Os valores devidos são referentes, principalmente, a Change Orders emitidas no final da obra. Os valores devidos são referentes, principalmente, a pedidos emitidas no final da obra do contrato EPC.
- (b) A Sapura Energy do Brasil Ltda é responsável pela aquisição, construção e engenharia do gasoduto compatível com a FSRU e o YOKE, transporte e instalação do YOKE, ligar a base do FSRU/riser/umbilical. Devido a processo de arbitragem com a Sapura Energy do Brasil Ltda, algumas notas fiscais emitidas não foram pagas, conforme Nota Explicativa nº x.
- (c) Posição devedora relativa a liquidação das diferenças apuradas entre a energia medida e a contratada, com valoração via Preço de Liquidação das Diferenças - PLD no Mercado de Curto Prazo (MCP) referente ao mês de novembro de 2021.

18 Empréstimos e Financiamentos

Em 19 de abril de 2018, a controlada CELSE celebrou contratos de financiamento, cujos recursos foram disponibilizados por bancos e organismos multilaterais ao longo dos anos de 2018 à 2020. Veja abaixo a estrutura de financiamento:

Linha de financiamento	Moeda	Objetivo	Encargo financeiros anuais	Vencimento	Linha de crédito total	Taxa efetiva de juros
IFC (a)	Real	Investimentos	IPCA+9,79%a.a.	2018 a 2032	R\$ 803.995	12,72%a.a.
IDB (b)	Real	Investimentos	IPCA+9,69%a.a.	2018 a 2032	R\$ 664.000	12,59%a.a.
IDB Invest (c)	Dólar	Investimentos	ΔUS\$+5,40%a.a.+Libor	2018 a 2032	US\$ 38.000	11,75%a.a.
ECG	Real	Fluxo de caixa	CDI + 3,5% a.a.	2021 a 2022	US\$ 200.000	10,86% a.a.
Ge Capital	Dólar	Aporte - CELSE	ΔUS\$+11,40%a.a.+Libor	2021 a 2024	US\$ 120.000	22,07%a.a.

- (a) International Finance Corporation (IFC).
 (b) Inter-American Development Bank (IDB).
 (c) O IDB Invest é o braço da seção privada do IDB Grupo.
 (d) Um agente que representa o IDB, o IDB Invest administrará o Fundo de Cofinanciamento da China para a América Latina e o Caribe.
 (e) A GE Capital é a divisão de serviços financeiros da General Electric.

Os desembolsos da dívida da GE Capital ocorreram em janeiro e março de 2020, nos montantes de R\$ 378.630 e R\$ 148.050, respectivamente.

Em 09 de julho de 2021, a Companhia celebrou o Contrato Geral para Linha de Reserva de Crédito junto ao Banco Bradesco, no montante total de R\$ 1.116.100 (USD 200.000), bem como quaisquer contratos específicos decorrentes e relativos às seguintes operações: (i) Carta de comprometimento de crédito (Standby letter of credit); (ii) Financiamento à importação – FINIMP; (iii) Empréstimo bancário regulamentado pela lei 4.131/62, que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior; e/ou (iv) Cédula de Crédito Bancário (CCB). A contratação dessa linha de crédito foi importante, pois eliminou assim, eventuais descasamentos de caixa entre as compras de cargas de gás para geração de energia e o recebimento por essa energia gerada.

Como garantia, a Companhia cede fiduciariamente ao Banco Bradesco os créditos decorrentes das receitas variáveis no termos dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (“CCEARs”).

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	830.307	684.483	3.364.809	2.671.154
Total	830.307	684.483	3.364.809	2.671.154
Circulante	516.081	276.971	1.103.953	428.478
Não Circulante	314.226	407.512	2.260.856	2.242.676

Saldo por empréstimos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IFC	-	-	888.116	844.917
IDB	-	-	730.873	694.622
IDB Invest	-	-	196.495	193.080
IDB China Fund	-	-	258.545	254.052
ECCG	-	-	460.473	-
GE Capital	830.307	684.483	830.307	684.483
Total	830.307	684.483	3.364.809	2.671.154

Abaixo estão as movimentações ocorridas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Inicial	684.483	-	2.671.154	1.624.182
(+) Captação	-	526.680	860.265	747.051
(+) Juros	87.156	73.583	283.123	241.626
(+/-) Variação cambial	54.171	95.359	257.122	253.516
(-) Amortização Principal	-	-	(540.354)	(10.206)
(-) Pagamento de Juros	-	-	(181.646)	(165.693)
(+) Taxa de comprometimento	-	2.108	1.992	3.962
(-) Pagamento da taxa de comprometimento	-	(2.521)	(1.284)	(5.159)
(-) Custo de captação	-	(15.693)	-	(31.970)
(+) Amortização custo de captação	4.497	4.967	14.437	13.845
Saldo Final	830.307	684.483	3.364.809	2.671.154
Circulante	516.081	276.971	1.103.953	428.478
Não circulante	314.226	407.512	2.260.856	2.242.676

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	26.411	190.026
2024	21.629	155.622
2025	28.308	203.679
2026	32.510	233.909
2027	35.603	256.163
2028	41.736	300.291
2029	46.581	335.149
2030	40.265	289.705
2031	27.406	197.186
2032	13.777	99.126
Total	314.226	2.260.856

Garantias

Os contratos de financiamento da CELSE são garantidos pelos seguintes ativos:

- Totalidade das ações de emissão da CELSE detidas pela CELSEPAR;
- Máquinas, terrenos, propriedades, equipamentos e ativos móveis;
- Direitos atuais e futuros decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no ambiente Regulado ou a eles relacionados, bem como todo e qualquer direito decorrente de autorização da ANEEL;
- Contas bancárias em relação a todos os direitos de crédito de cada uma das respectivas contas bancárias;
- Documentos do Projeto Brasileiro inseridos pela Companhia com relação ao Projeto - Porto de Sergipe I;
- Apólices de seguro e resseguro; e
- Todos os ativos tangíveis e intangíveis.

Os contratos de garantia da controladora utilizam as mesmas obrigações, *covenants* e garantias descritos nos contratos da dívida sênior (Debêntures, IDB e IFC).

Covenants

Covenants são obrigações que se aplicam aos tomadores de crédito para que eles sigam determinadas regras que visem a garantia de pagamento futuro. O objetivo desse mecanismo é gerar segurança ao credor para que, após a realização do financiamento, seja assegurado algumas condutas para que o credor receba os recursos que emprestou.

O covenant financeiro obriga a companhia a manter, a partir de abril de 2021, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (DSCR) para o período de 12 meses, imediatamente anterior à data de cálculo, superior a 1,10. O DSCR é uma medida do fluxo de caixa disponível de uma empresa para pagar as obrigações de dívida atuais. O DSCR mostra aos investidores se uma empresa tem renda suficiente para pagar suas dívidas.

$$\text{DSCR} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Disponível para o Serviço da Dívida}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

O “Fluxo de caixa disponível para o serviço da dívida” é calculado da seguinte forma:

- (a) receita líquida
- (b) Pagamentos de documentos do projeto
- (c) procedimentos de interrupção de negócios

Menos:

- (d) penalidades
- (e) Despesas operacionais
- (f) Prêmios de seguro

Igual a

Fluxo de caixa disponível para o serviço da dívida

O “Fluxo de Caixa Disponível para o Serviço da Dívida” significa, para qualquer período de cálculo, o valor que é igual a:

- a. todas as receitas líquidas recebidas pelo Mutuário em relação às vendas contratadas ou no mercado spot de capacidade e energia, incluindo quaisquer outros pagamentos relacionados à eletricidade, como receitas de transmissão, serviços auxiliares ou complementares; **mais**
- b. todos os (A) ganhos nas contas do projeto, (B) pagamentos em dinheiro recebidos em relação a danos liquidados em atraso recebidos pelo Mutuário; e (C) outros pagamentos recebidos pelo Mutuário de acordo com os Documentos do Projeto, exceto Receitas de Danos Liquidados e outros valores que devem ser obrigatoriamente pagos antecipadamente de acordo com a Seção 2.06 (b) (i) (Pré-pagamentos Voluntários e Obrigatórios; Pré-pagamentos Obrigatórios) do Acordo de Termos Comuns); **mais**
- c. quaisquer receitas de seguro de interrupção de negócios pagos ao Mutuário; **menos**
- d. quaisquer penalidades que devem ser pagas durante esse período à Autoridade relevante (exceto na medida em que forem pagas pelos Patrocinadores) de acordo com qualquer Contrato de Compra de Energia; **menos**
- e. Despesas operacionais (incluindo impostos e despesas de capital) pagas ou exigidas durante esse período, para evitar dúvidas, inclusive de acordo com os Documentos do Projeto; **menos**
- f. prêmios de seguro pagáveis pelo Mutuário durante esse período (na medida em que ainda não estiver incluído na cláusula (e) acima)

O “Serviço da Dívida” (“Debt Service”) é calculado considerando o somatório dos seguintes pagamentos:

- (a) pagamentos de instrumentos de dívida
- (b) pagamentos de instrumentos de segurança
- (c) outros pagamentos

Igual a

Serviço da dívida

O "Serviço da Dívida" significa, para qualquer período de cálculo, o agregado de:

- a. todos os pagamentos programados devidos por conta do principal da Dívida Sênior durante esse período de cálculo, quaisquer pagamentos programados de juros, custos, encargos e outros valores sob a Dívida Sênior e sob qualquer facilidade de capital de giro que constitui Endividamento Permitido e que são devidos e permitidos para ser pago de acordo com o Acordo de Contas; **mais**
- b. todos os pagamentos de principal ou obrigações de reembolso devidos durante tal período de cálculo por conta de quaisquer títulos de fiança, títulos de desempenho, aceites de banqueiros, cartas de crédito ou instrumentos semelhantes que constituem Endividamento Permitido; **mais**
- c. sem dupla contagem de qualquer pagamento já contado nas subcláusulas (a) e (b) anteriores, qualquer pagamento feito ou exigido durante esse período de cálculo para qualquer conta de serviço da dívida nos termos de qualquer acordo que estabeleça Dívida e que seja pari passu ou sênior no direito de pagamento da Dívida Sênior, mas excluindo pré-pagamentos voluntários e obrigatórios e depósitos em qualquer Conta de Reserva do Serviço da Dívida ou qualquer outra conta de reserva do serviço da dívida.

Empréstimo de capital de giro

Carta de comprometimento de crédito (standby letter of credit)

Essas cartas de comprometimento de crédito são utilizadas para garantir a importação e/ou pagamento dos valores devidos pela compra de gás natural liquefeito devidamente caracterizada no contrato de fornecimento de gás (“Gas Supply Agreement”) celebrado com a OCEAN LNG Limited e datado de 10 de novembro de 2016. O montante garantido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 594.929 (US\$ 105.999).

Custos com captação de empréstimos

A Companhia incorreu em custos que são diretamente atribuíveis à emissão de debêntures para o refinanciamento da dívida, tais como taxas e comissões pagas a agentes, consultores, advogados, corretores e distribuidores, taxas de órgãos reguladores, taxas de transferência e taxas. Estes custos não incluem prêmio ou desconto de dívida, custos de financiamento ou custos internos administrativos ou de detenção.

Os custos da transação são capitalizados e amortizados ao longo da vida da dívida relacionada. Os valores pagos antecipadamente da emissão da dívida são refletidos como ativos não circulantes.

O saldo corresponde em 31 de dezembro de 2021, registrado no ativo não circulante, é de R\$ 2.779, que será alocado proporcionalmente à emissão das debêntures.

19 Debêntures (Controladora e Consolidado)

Emissão das debêntures

Em 18 de abril de 2018, encerrou-se a primeira distribuição da emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 3.370.000 em uma única série, referente a 337.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 10 mil na data de emissão, destinam-se, a construção, financiamento, operação e manutenção da usina termoeletrica. A primeira amortização de principal aconteceu em 15 de outubro de 2020 e a primeira amortização de juros ocorreu em 15 de outubro de 2018. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R\$ 2.499.319 (R\$ 2.571.041 em 31 de dezembro de 2020) e a taxa efetiva dessa operação é de 13,67% ao ano.

31 de dezembro de 2021			
Moeda Nacional	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
(+) Valor de face	149.544	2.963.662	3.113.206
(+) Encargos	63.885	-	63.885
(-) Deságio	(47.046)	(229.040)	(276.086)
(-) Custo de captação	(68.448)	(333.238)	(401.686)
Saldo em 31/12/2021	97.935	2.401.384	2.499.319

31 de dezembro de 2020			
Moeda Nacional	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total
(+) Valor de face	190.237	3.113.206	3.303.443
(+) Encargos	67.789	-	67.789
(-) Deságio	-	(325.953)	(325.953)
(-) Custo de captação	-	(474.238)	(474.238)
Saldo em 31/12/2020	258.026	2.313.015	2.571.041

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.571.041	2.510.666
(+) Juros	315.427	330.579
(-) Amortização principal	(190.237)	(66.558)
(-) Pagamento de juros	(319.332)	(331.945)
(-) Deságio	49.868	52.262
(-) Custo captação	72.552	76.037
Saldo final	2.499.319	2.571.041

As parcelas das debêntures têm vencimento programado da seguinte forma:

Ano	Principal
2023	260.501
2024	215.680
2025	277.183
2026	315.095
2027	342.561
2028	397.660
2029	440.291
2030	366.339
2031	232.233
2032	116.120
Principal	2.963.662
Custo de Captação	(333.327)
Deságio	(229.041)
Total debêntures	2.401.384

20 Arrendamentos a pagar (Controladora e Consolidado)

A solução logística para o fornecimento de gás à UTE Porto de Sergipe I foi por meio do afretamento de uma unidade flutuante de armazenagem e regaseificação (Floating Storage Regasification Unit - FSRU), o navio Golar Nanook, junto à ex-controladora indireta Golar Power Ltd.

A movimentação dos eventos originados dos impactos da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06(R2)/IFRS 16 Arrendamentos encontra-se demonstrado na tabela abaixo:

Saldo inicial	114.103
Adição inicial	3.261.165
Juros incorridos	140.551
Variação cambial	(137.622)
(-) pagamento efetuados	(149.508)
Saldo em 31/12/2020	<u>3.228.689</u>
Reajuste contratual	97.379
Juros incorridos	184.743
Variação cambial	281.495
(-) pagamento efetuados	(299.358)
Saldo em 31/12/2021	<u>3.492.948</u>
Passivo circulante	71.687
Passivo não circulante	3.421.261

A CELSE ao mensurar o passivo de arrendamento do FSRU, descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxa incremental de 5,93% a.a.

O fluxo de pagamento dos contratos está demonstrado abaixo:

	Passivo FSRU
2022	71.687
2023	83.532
2024	88.719
a partir 2025	3.249.010
Total	3.492.948

Valores reconhecidos no resultado

	2021	2020
Juros sobre arrendamento	(184.743)	(140.551)
Variação cambial sobre arrendamentos	(281.495)	137.622
Direito de uso arrendamento	(139.363)	(102.199)
	(605.601)	(105.128)

Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

	2021	2020
Saída de caixa total para arrendamentos	(299.358)	(149.508)

21 Impostos a recolher (Controladora e Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS	46.194	12.458
ICMS	31.703	1
INSS e FGTS	556	587
ISS	274	332
IRRF	81	812
CIDE	94	-
Saldo	78.902	14.190

22 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não possuía quaisquer ações cíveis, trabalhistas ou tributárias classificadas como de perda provável, portanto não havia saldo de provisão para contingências reconhecidas.

A controlada CELSE possui outros processos cujo risco de perda foi considerado possível e para os quais nenhuma provisão é exigida. A reclamação mais relevante é contra a Sapura Energy do Brasil Ltda. Em 3 de janeiro de 2020, a Sapura apresentou seu pedido de arbitragem contra a CELSE no Tribunal Internacional de Arbitragem - Câmara de Comércio Internacional (“ICC”). Ambas as empresas apresentaram suas reivindicações detalhadas no final do primeiro trimestre de 2021, com os seus respectivos valores, e no final do terceiro trimestre de 2021 foram apresentados os respaldos técnicos e contra-argumentos das partes, sendo mantidos os valores totais de R\$ 100.580, US\$ 90.330 e € 6,55 para os pleitos da Sapura e de R\$ 195.384, US\$ 48.321 e € 399, sem juros ou correção monetária para os contrapleitos da CELSE. Com isso, as reivindicações das partes poderão ser analisadas detalhadamente, para o estabelecimento da probabilidade de perda.

23 Partes relacionadas

a. Controladora

Em 31 de dezembro de 2021, o controle acionário da Companhia é da CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. (o controle da CELSEPAR era compartilhado pelas empresas EBrasil Energia Ltda e NFE Power Brasil Participações S.A que, por sua vez, têm como controladoras finais as empresas DC Energia e Participações S.A. e LNG Power Limited).

b. Mútuo

Em 20 de julho de 2020, a CELSEPAR assinou um contrato de mútuo com cada um dos seus sócios, EBrasil Energia Ltda e Golar Power Brasil Participações S.A., pelo período de 36 (trinta e seis) meses, no montante de R\$ 10.400 cada, totalizando R\$ 20.800. Esses recursos foram utilizados na contratação de 2 (duas) opções flexíveis de compra (*call*) de câmbio do Banco Santander S.A. e do Banco Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de proteger os pagamentos futuros do serviço da dívida da GE Capital - financiamentos em moeda estrangeira (Nota 18). O prêmio total foi R\$ 20.800, sendo R\$ 10.400 por banco.

Em 27 de outubro de 2021, a CELSEPAR assinou um contrato de mútuo com cada um dos seus sócios, Eletricidade do Brasil S.A. e NFE Power Brasil Participações S.A., pelo período de 36 (trinta e seis) meses, no montante de R\$ 400 cada, totalizando R\$ 800.

Segue a movimentação ocorrida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Saldo Inicial	21.032	-
(+) Captação	800	20.800
(+) Juros	1.543	232
(-) Amortização do Principal	-	-
(-) Pagamento de juros	-	-
Saldo Final	<u>23.375</u>	<u>21.032</u>

c. Operações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e transações que influenciaram nas contas de resultado decorrem de operações em condições e preços estabelecidos em mercados e estão a seguir apresentados. As transações de arrendamento são efetuadas com a empresa Golar LNG Ltd.:

:

Moeda Nacional	Ativo Imobilizado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Despesas Operacionais	Despesa Financeira
Saldo em 31/12/2020	3.270.363	99.430	3.129.259	-	-
Direito de uso (Nota 16)	97.379	-	97.379	-	-
Arrendamento a pagar (Nota 20)	-	(299.358)	-	-	-
Depreciação (Nota 16)	(139.363)	-	-	(139.363)	-
Juros Financeiros (Nota 29)	-	184.743	-	-	(184.743)
Variação cambial (Nota 29)	-	86.872	194.623	-	(281.495)
Captação de Mútuo	-	-	800	-	-
Juros	-	-	1.543	-	(1.543)
Saldo em 31/12/2021	3.228.379	71.687	3.423.604	(139.363)	(467.781)

Moeda Nacional	Ativo Imobilizado	Passivo circulante	Passivo não circulante	Despesas Operacionais	Despesa Financeira
Saldo em 31/12/2019	111.357	114.103	-	-	-
Direito de uso (Nota 16)	3.261.165	-	3.261.165	-	-
Arrendamento a pagar (Nota 20)	-	(149.508)	-	-	-
Depreciação (Nota 16)	(102.159)	-	-	(102.159)	-
Juros Financeiros (Nota 29)	-	140.551	-	-	(140.551)
Variação cambial (Nota 29)	-	(5.716)	(131.906)	-	137.622
Captação de Mútuo	-	-	20.800	-	-
Juros	-	-	232	-	(232)
Saldo em 30/12/2020	3.270.363	99.430	3.150.291	(102.159)	(3.161)

d. Aquisição Energia Elétrica CCEE

Em 2019, vislumbrando a possibilidade de não entrar em operação na data prevista, ou seja, 01 de janeiro de 2020, a controlada CELSE, no intuito de minimizar os riscos de uma penalidade mais severa, resolveu recompor lastro através de contratos bilaterais registrados na Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE) com 6 (seis) meses de antecedência, conforme estabelecido na resolução normativa da ANEEL número 595 de 17 de dezembro de 2013. Assim sendo, a controlada CELSE celebrou contratos de compra de lastro com a Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, uma empresa do Grupo EBrasil, que é controlador em conjunto da celse. Foram comprados, no período de janeiro a abril de 2020, 1.782.552 MWh no montante de R\$ 513.222. Em abril de 2020, devido a compra excedente de lastro, a controlada CELSE vendeu para Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. – EPESA o montante de 89.640 MWh no montante de R\$ 29.477.

Base Legal: Resolução Normativa nº 595/13

Mês de referência	Mwméd ¹	Preço Medio [R\$/MWh]	Valor final [Mil R\$]
jan/20	867	R\$ 287,30	R\$ 185.324
fev/20	867	R\$ 289,85	R\$ 174.902
mar/20	578	R\$ 287,24	R\$ 123.520
abr/20	289	R\$ 283,32	R\$ 29.477
Total			R\$ 513.222

¹ Ambiente de Contratação Livre

e. Remuneração de pessoal chave

A Companhia e sua controlada consideram o pessoal-chave da administração aquele eleito pelo Conselho de Administração de acordo com seu estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da controlada CELSE.

A remuneração do pessoal chave da administração até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.851 (R\$ 4.908 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não mantém planos de previdência privada e de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era de R \$ 1.727.908 (R \$ 1.727.908 em 31 de dezembro de 2020), sendo 1.727.908 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (1.727.908 ações em 31 de dezembro de 2020), distribuídas como segue:

	2021	
	Ações	%
Ebrasil Energia Ltda.	863.953.911	50%
NFE Power Brasil Participações S.A.	863.953.911	50%
	1.727.907.823	100%
	2020	
	Ações	%
Ebrasil Energia Ltda.	863.953.911	50%
NFE Power Brasil Participações S.A.	863.953.911	50%
	1.727.907.823	100%

b. Aumentos de capital

Em 26 de maio de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 2.800, e único aumento de capital, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Todo aporte de capital realizado acionistas foi realizado em dinheiro.

	Ações	Valor
Capital Social em 31 de dezembro de 2019	1.725.107.822	1.725.108
Ata de 26 de maio de 2020	2.800.000	2.800
Capital Social em 31 de dezembro de 2020	1.727.907.823	1.727.908

c. Reserva de incentivos fiscais

SUDENE

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício correspondente à redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração. A reserva não foi constituída uma vez que a no período a companhia não auferiu lucro. O valor será constituído quando da existência de lucros contábeis.

d. Resultado por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro/(prejuízo) por ação básico, foi baseado no lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada das ações ordinárias em circulação:

	2021	2020
Resultado do período atribuível aos acionistas	(342.779)	(347.944)
Média ponderada de ações em circulação ao final do exercício - milhares	1.727.908	1.727.908
Prejuízo básico / Diluído do período por ação	(0,1984)	(0,2014)

A Companhia não possui instrumentos financeiros que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

25 Receita operacional líquida (Controladora e Consolidado)

	2021	2020
Receita bruta		
Disponibilidade (ACR) (a)	1.716.877	1.256.409
Disponibilidade (ACR) – Resolução 595 (b)	-	488.133
Vendas de energia (ACR) (c)	1.125.416	40.905
Vendas de energia (ACL) – Contrato Bilateral (d)	-	25.397
Vendas de energia (ACL) - Segurança Energética (e)	922.887	-
Vendas de energia (ACL) (e)	62.297	117.188
Vendas de gás natural liquefeito (GNL) (f)	184.058	-
	4.011.535	1.928.032
Dedução da receita		
Impostos sobre vendas	(354.041)	(178.343)
P&D	(33.759)	(16.695)
Total da receita líquida	3.623.735	1.732.994

- (a) Disponibilidade (Ambiente de Contratação Regulado – “ACR”): refere-se a Receita Fixa, que é o valor de remuneração anual da usina, apresentado pela controlada CELSE no leilão, que inclui, dentre outros: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina e dos compromissos financeiros da controlada CELSE; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto do contrato, que será independente ao despacho da Usina. A receita de 2020 representa 9 meses e 11 dias de operação, por conta do início das operações ter ocorrido em 20 de março de 2020.
- (b) Devido ao atraso na conclusão da usina e a, conseqüente, não obtenção da Declaração de Operação Comercial (DCO), a controlada CELSE, para atender à sua obrigação contratual de PPA - que exigia a disponibilização de 867 MW (Megawatts)-, e seguindo a Resolução 595/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabelece critérios para a contratação de energia elétrica em caso de atraso no início da operação comercial, firmou contratos de

compra de energia com a Centrais Elétricas de Pernambuco (EPESA). Assim, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020, a controlada CELSE adquiriu em média 867 MW de energia elétrica, entregando a quantidade necessária para cumprir sua obrigação contratual com as 26 distribuidoras.

- (c) Venda de energia (Ambiente de Contratação Regulado – “ACR”): refere-se a Receita Variável, que é o valor destinado ao pagamento dos custos variáveis incorridos pela controlada CELSE na parcela flexível da geração da usina.
- (d) Conforme já mencionado na nota (b), a controlada CELSE celebrou contratos de compra de lastro com a Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, uma empresa do Grupo EBrasil. Em abril de 2020, devido a compra excedente de lastro, a controlada CELSE vendeu para Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. – EPESA o montante de 89.640 MWh no valor de R\$ 25.397 em abril de 2020.
- (e) O Operador Nacional do Sistema (O.N.S.) despachou a controlada CELSE por segurança energética no período de 3 de julho de 2021 até 27 de agosto de 2021, que ocorre quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) determina ao O.N.S. que solicite a geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional.
- (f) Venda de energia (Ambiente de Contratação Livre – “ACL”): Conforme previsto no Decreto 5.163/2004, os agentes vendedores devem apresentar lastro para a venda de energia, a fim de garantir 100% (cem por cento) de seus contratos. No caso da controlada CELSE que vendeu energia no ambiente regulado, os contratos são lastreados com a garantia física da própria usina. Ocorre que, como há degradação da garantia física ocasionada em razão das perdas da rede básica e perdas internas, é realizada a compra de contratos para fins de recomposição de lastro. Essa aquisição é realizada mensalmente e visa atender obrigação regulatória e evitar penalidades e é aplicável independente da usina estar ou não despachada por ordem de mérito. Atualmente na regulação não há separação de lastro e energia, de modo que, quando celebra-se o contrato de lastro, a energia vem associada. Assim, quando a CCEE realiza balanço energético e atestado que não houve o consumo, a energia adquirida é “vendida” / liquidada no mercado de curto prazo, valorada a PLD. Ademais, caso a geração da usina seja em montante inferior ao compromisso de entrega, a controlada CELSE ficará exposta negativamente no Mercado de Curto prazo, sendo quantidade de energia não entregue (MWh) valorada a PLD.
- (g) Em 26 de setembro de 2021, a controlada CELSE assinou um contrato de venda de gás natural liquefeito (GNL) com a NFE North Trading Limited (“NFE”). Em outubro de 2021, as cargas foram entregues para NFE. Seguem dados da transação:

Carga	Quantidade (MMBTU)	Preço unitário (R\$/MMBTU)	Total (R\$ mil)
1º	1.211.755	58,95227	71.436
2º	1.876.168	60,02791	112.622
Total	3.087.923	59,60583	184.058

Esta transação ocorreu porque a controlada CELSE confirmou junto a OCEAN LNG o fornecimento de cargas de GNL suficiente para geração na configuração 3x1, ou seja, 3 turbinas a gás e 1 a vapor a partir de 20 de setembro de 2021, pois acreditava que o transformador elevador GT-11 estaria instalado e funcionando nesta data, entretanto, como os testes do transformador novo realizados pela Prolec GE Brasil não foram satisfatórios, a entrada em operação do transformador ficou postergada para o final de novembro de 2021, assim sendo, a controlada CELSE ficaria com excedente de GNL na ordem de 135.000 m3, o que ocasionaria problema de recebimento de outras cargas de GNL devido a impossibilidade do Golar Nanook armazenar tais cargas. A solução para este problema foi vender parte do GNL para NFE e para não ter problema com o fornecimento de GNL no mês de novembro de 2021.

26 Custos operacionais (Controladora e Consolidado)

	2021	2020
Custo com consumo de gás (a)	(1.446.203)	(226.071)
Custo com venda de gás (a)	(139.432)	-
Custos com energia elétrica (b)	(372.309)	(546.613)
Pessoal e administradores	(4.636)	(4.128)
Materiais	(404)	(123)
Serviços de terceiros	(4.187)	(1.895)
Contrato de Operação e Manutenção (O&M) (c)	(80.907)	(46.514)
Encargo de Uso da Rede Elétrica (d)	(128.538)	(120.714)
Taxa de Fiscalização	(9.506)	(476)
Seguros (e)	(82.076)	(54.641)
Outros	(266)	(62)
Depreciação e amortização	(210.625)	(185.203)
Direito de uso arrendamento (f)	(139.363)	(102.199)
Total de custos operacionais	(2.618.452)	(1.288.639)

(a) O consumo de gás ocorreu da seguinte forma:

	2021	2020
Geração de energia	(1.441.914)	(64.575)
Gás vaporizado (Boil-off gas - BOG)	(1.810)	(9.508)
Consumo interno do navio	(1.332)	(2.727)
Penalidade por não comprar um volume mínimo de gás determinado no contrato (Take or Pay – ToP) (i)	(1.147)	(149.261)
Custo com venda de gás	(139.432)	-
Total	(1.585.635)	(226.071)
Custo com consumo de gás (a)	(1.446.203)	(226.071)
Custo com venda de gás (a)	(139.432)	-

(i) Em 2020, devido ao reduzido despacho por ordem de mérito – apenas 1 (uma) semana operativa-, a controlada CELSE comprou uma quantidade muito pequena de GNL do fornecedor Qatargas Operating Company Limited e teve que pagar o Take or Pay de R\$ 62.810, sendo que em março de 2020, também tivemos o ToP referente a uma carga cancelada da Petrobras Global Trading B.V. no montante de R\$ 86.451.

(b) A compra de energia/lastro ocorreu da seguinte forma:

	2021	2020
Compra de energia para atendimento à resolução 595 (i)	-	(487.825)
Contrato EPESA	-	(25.397)
Compra bilateral	(78.851)	(89.106)
Compra mercado curto prazo (ii)	(333.672)	-
(-) Crédito de PIS/COFINS	40.214	55.715
Total	(372.309)	(546.613)

(i) No segundo semestre de 2019, para atender à sua obrigação contratual de PPA, que exigia a disponibilização de 867 MWm, durante os primeiros três meses de 2020, a controlada CELSE, seguindo a Resolução 595/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabelece critérios para a contratação de energia elétrica em caso de atraso no início da operação comercial, firmou contratos de compra de energia com a Centrais

Elétricas de Pernambuco (EPESA). Assim, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020, a controlada CELSE adquiriu em média 867 MWm de energia elétrica, entregando a quantidade necessária para cumprir sua obrigação contratual com as 26 distribuidoras. Conforme determinado no PPA, a entrega efetiva de energia quando não exigida pelo operador do sistema elétrico nacional é avaliada a preço de mercado na data efetiva da transação, uma vez que as transações de compra e venda de energia foram fechadas na mesma data e seguindo preços à vista na data de cada transação, a controlada CELSE não teve nenhum impacto material como resultado dessas transações.

- (ii) Em 04 de fevereiro de 2021, enquanto estava conectado e recebendo energia da rede, o transformador elevador GT-11 teve um curto-circuito interno que, em uma inspeção realizada pelo fabricante, foram verificados danos internos no equipamento. Uma futura desmontagem a ser realizada pela General Electric é esperada enquanto o fabricante do transformador conclui a análise de causa raiz. Entretanto, a controlada CELSE encomendou um novo transformador e acionou a seguradora. A programação para colocar a GT-11 em operação é final de novembro de 2021. A partir de 28 de agosto de 2021 até 30 de setembro de 2021, o Operador Nacional do Sistema (O.N.S.) despachou a controlada CELSE por ordem de mérito. Entretanto, como o transformador elevador GT-11 não estava em operação, o atendimento de entrega de energia no centro de gravidade ficou prejudicada, o que acarretou uma compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) no montante de aproximadamente 389.002 MWh, equivalente a R\$ 221.565 (PLD médio de R\$ 569,57/MWh).
- (c) A controlada CELSE terceirizou praticamente todos os serviços de operação e manutenção da usina, são eles: (a) contrato de operação e manutenção da usina (contrato O&M e CSA); (ii) contrato de operação e manutenção do navio Golar Nanook (contrato OSA), unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (FSRU); e (iii) os contratos com rebocadores. O que explica, por sua vez, o baixo custo operacional com pessoal. Alguns contratos tiveram seu início postergado para o segundo semestre de 2020.
- (d) Valores devidos pela controlada CELSE às concessionárias de transmissão e distribuição, pela prestação dos serviços de transmissão e distribuição, e ao ONS pelo pagamento dos serviços prestados, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela ANEEL.
- (e) A Companhia adota uma política de seguros baseada na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Importante ressaltar que, em 2020, as despesas com seguro passaram a ser apropriadas no resultado a partir de abril de 2020.
- (f) De acordo com as regras do IFRS 16, os efeitos do arrendamento do Golar Nanook nas demonstrações financeiras ocorrerão através dos juros e depreciação do ativo do direito de uso.

27 Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pessoal e administradores	-	-	(19.444)	(21.712)
Materiais	-	-	(367)	(453)
Serviços de terceiros (a)	(348)	(118)	(39.089)	(29.768)
Seguros	-	-	(1.946)	(1.980)
Tributos	(7)	(30)	(660)	(564)
Aluguéis	-	-	(1.236)	(1.102)
Outros	-	-	(265)	(989)
Depreciação amortização	-	-	(429)	(486)
Total despesas gerais e administrativas	<u>(355)</u>	<u>(148)</u>	<u>(63.436)</u>	<u>(57.054)</u>
Provisão ressarcimento GE (b)	-	-	101.584	-
Indenização de seguros (c)	-	-	6.724	-
Baixa transformador da turbina gás (d)	-	-	(12.430)	(16.745)
Outros (e)	-	-	2.702	66
Total	<u>(355)</u>	<u>(148)</u>	<u>35.144</u>	<u>(73.733)</u>

- (a) Serviços de terceiros aumentaram em 2021 devido as despesas com consultores e advogados contratados para dar suporte aos financiadores, que são exigências estabelecidas nos contratos de financiamento.
- (b) Reconhecimento do valor líquido de PIS e COFINS;
- (c) Em junho de 2021, recebemos da seguradora Swiss Re Corporate Solutions Brasil a indenização do transformador da turbina a vapor no montante de R\$ 6.724 (valor líquido de PIS e COFINS);
- (d) A controlada CELSE reconheceu o write-off (baixa do ativo) do transformador da turbina à gás no montante de R\$ 12.430 em 2021 e do transformador da turbina a gás (GT-11) no montante de R\$ 16.814 em 2020; e
- (e) A controlada CELSE vendeu algumas sucatas geradas na construção da usina.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Varição cambial ativa (a)	10.975	250	57.892	13.786
Varição cambial de arrendamento (c)	-	-	-	178.269
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	26.006	13.385
Ganho Swap / Hedge (b)	7.132	-	7.132	-
Outras	-	-	1.158	529
	18.107	250	92.188	205.969
Despesas financeiras				
Encargos das dívidas	(4.497)	(7.075)	(136.857)	(115.226)
Juros s/empréstimos	(87.156)	(73.583)	(265.044)	(207.228)
Juros de debêntures	-	-	(315.427)	(257.409)
Varição monetária e cambial dívida	(65.146)	(95.609)	(268.097)	(225.253)
Encargos s/empréstimo capital de giro	-	-	(1.992)	-
Juros s/empréstimo capital de giro	-	-	(18.078)	-
Fianças Bancárias	-	-	(27.546)	-
Varição cambial de arrendamento (c)	-	-	(281.495)	(40.647)
Juros de passivo de arrendamento (c)	-	-	(184.743)	(140.552)
Juros passivos de contrato de mútuo (d)	(1.542)	(232)	(1.542)	(232)
Perda Swap / Hedge (b)	(19.342)	(8.590)	(19.342)	(8.590)
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	-	(2.429)	(463)
Outras variações cambiais (a)	-	-	(28.624)	(10.648)
Outros	(2)	(11)	(27.800)	(3.318)
	(177.685)	(185.100)	(1.579.016)	(1.009.566)
Resultado financeiro líquido	(159.578)	(184.850)	(1.486.828)	(803.597)

- (a) Ganhos ou perdas de variação cambial sobre movimentações bancárias e pagamentos à fornecedores estrangeiros e encargos da dívida; e
- (b) Ganhos ou perdas devido ao valor justo de contratos de opções de venda de câmbio;
- (c) Valores referentes a juros e variação cambial sobre passivos de arrendamentos do Golar Nanook (BBC).
- (d) Juros incidentes nos contratos de mútuo entre a CELSEPAR e seus acionistas; e

29 Instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela área financeira sob políticas aprovadas pelo seu Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança de seus investidores e credores, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros na Companhia, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos financeiros

31 de dezembro de 2021

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Aplicação financeira	183.940	183.940	183.940
Aplicação financeira – DSRA	441.716	441.716	441.716
Aplicação financeira – DSPA	104.405	104.405	104.405
	730.061	730.061	730.061
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo			
Contas a receber	684.571	684.571	
Contas a receber - outros créditos	345.468	345.468	
Caixa e depósitos bancários a vista	183.502	183.502	
	1.213.541	1.213.541	
Total	1.943.602	1.943.602	

31 de dezembro de 2020

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Aplicação financeira	-	208.816	208.816	208.816
Aplicação financeira – DSRA	-	454.114	454.114	454.114
Instrumentos financeiros derivativos	12.210	-	12.210	12.210
	12.210	662.930	675.140	675.140
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Contas a receber	-	279.223	279.223	
Contas a receber - outros créditos	-	17.779	17.779	
Caixa e depósitos bancários a vista	-	83.095	83.095	
	-	380.097	380.097	
Total	12.210	1.043.027	1.055.237	

Passivos financeiros

31 de dezembro de 2021

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Emissão de debênture em moeda nacional	(2.499.319)	(2.499.319)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(1.618.989)	(1.618.989)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(1.285.347)	(1.285.347)
Empréstimos capital de giro	(460.473)	(460.473)
Fornecedores	(557.736)	(557.736)
Empréstimos com partes relacionadas	(23.375)	(23.375)
Arrendamentos a pagar	(3.492.948)	(3.492.948)
Contas a Pagar – Outros débitos	(100.298)	(100.298)
	(10.038.485)	(10.038.485)

31 de dezembro de 2020

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Emissão de debênture em moeda nacional	(2.571.041)	(2.571.041)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(1.539.539)	(1.539.539)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(1.131.615)	(1.131.615)
Fornecedores	(313.493)	(313.493)
Empréstimos com partes relacionadas	(21.032)	(21.032)
Arrendamentos a pagar	(3.228.689)	(3.228.689)
Contas a Pagar – Outros débitos	(25.060)	(25.060)
	(8.830.469)	(8.830.469)

Gerenciamento de risco

A CELSEPAR apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de mercado
- b. Risco de moeda
- c. Risco de taxa de juros
- d. Risco de liquidez
- e. Risco de crédito

O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam seu papel e obrigação.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

a. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

b. Risco de moeda

A Companhia possui atualmente duas fontes de exposição cambial, sendo (i) obrigações em moeda estrangeira com fornecedores e (ii) financiamento denominado em dólar corrigido pela Libor6M, exposição essa preponderantemente de médio e longo prazo.

31 de dezembro de 2021

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Até 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Maior que 12 meses
Caixa e equivalentes de caixa USD	7.887	-	-
DSRA* offshore em USD	38.493	-	-
Exposição relacionada a fornecedores USD	(251.217)	-	-
Exposição com contrato de arrendamento USD	(135.919)	(134.380)	(3.362.270)
Exposição relacionada ao financiamento USD	(513.718)	(117.954)	(927.451)
	(854.474)	(252.334)	(4.289.721)

31 de dezembro de 2020

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Até 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Maior que 12 meses
DSRA* offshore em USD	29.770	-	-
Exposição relacionada a fornecedores USD	(90.613)	-	-
Exposição com contrato de arrendamento USD	(118.053)	(116.724)	(2.993.912)
Exposição relacionada ao financiamento USD	(276.540)	(119.266)	(1.074.395)
	(455.336)	(235.990)	(4.068.307)

Análise de Sensibilidade para a Exposição Cambial:

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 31 de dezembro de 2021. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usadas no cenário provável.

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, realizadas por terceira parte especializada, na data de vencimento das operações (positivos e negativos, antes dos efeitos fiscais), da seguinte forma:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$) - Consolidado

Dólar	31/12/2021	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
	5,5805	5,6000	7,0000	8,4000	4,2000	2,8000

Instrumento	Fator de risco	Cálculo das variações em Reais ocasionadas pela taxa de câmbio				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa USD	Redução na taxa R\$/US\$	28	2.006	3.985	(1.951)	(3.929)
DSRA* offshore em USD	Redução na taxa R\$/US\$	135	9.791	19.448	(9.522)	(19.179)
Exposição relacionada a fornecedores USD	Aumento na taxa R\$/US\$	(878)	(63.901)	(126.925)	62.146	125.169
Exposição com partes relacionadas USD	Aumento na taxa R\$/US\$	(12.693)	(924.009)	(1.835.324)	898.622	1.809.938
Exposição relacionada ao financiamento USD	Aumento na taxa R\$/US\$	(5.448)	(396.591)	(787.734)	385.695	776.838
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício		(18.856)	(1.372.704)	(2.726.550)	1.334.990	2.688.837

c. Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra risco de volatilidade dessas taxas.

Considerando a extinção da LIBOR prevista para junho de 2023, a Companhia está atenta e avaliando os seus contratos com cláusulas que vislumbrem a descontinuação da taxa de juros. Os contratos de dívidas atreladas à LIBOR, há contratos que possui alguma cláusula de substituição desta taxa por um índice de referência ou taxa juro equivalente, e há contratos que não possuem uma cláusula específica, mas para ambos os contratos será realizada renegociação entre as partes, e aditados os contratos.

31 de dezembro de 2021

<i>(Em milhares de Reais)</i>	<i>(Em milhares de Reais)</i>		
	Até 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Maior que 12 meses
Exposição do financiamento - ICE LIBOR6M USD	(513.718)	(117.954)	(927.451)
Exposição do financiamento mútuo (CDI)	-	(26.270)	-
Exposição do financiamento - IPCA	(140.467)	(89.290)	(2.338.687)
	(654.185)	(233.514)	(3.266.138)

31 de dezembro de 2020

	<i>(Em milhares de Reais)</i>		
<i>(Em milhares de Reais)</i>	Até 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Maior que 12 meses
Exposição do financiamento - ICE LIBOR6M USD	(32.612)	(22.655)	(1.545.257)
Exposição do financiamento mútuo (CDI)	-	(21.409)	-
Exposição do financiamento - IPCA	(135.521)	(111.293)	(2.484.048)
	(168.133)	(155.357)	(4.029.305)

IPCA/SELIC: (Fonte: Boletim Focus 07/01/2022 para 31/12/2022)
LIBOR / CDI : (Fonte AMBIMA 11/01/2022 para 31/12/2022)

Análise de Sensibilidade para a Exposição de taxa de juros:

O cenário provável considera a LIBOR e o CDI segundo as taxas referencias BM&FBOVESPA^(*) estimada para 351 dias corridos a partir do dia 11 de janeiro de 2022, enquanto a SELIC e o IPCA foram estimada de acordo com o relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 07 de janeiro de 2022.

Análise de sensibilidade taxa de juros

2021	Cenários				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
LIBOR	0,63%	0,79%	0,95%	0,47%	0,32%
SELIC	11,75%	14,69%	17,63%	8,81%	5,88%
CDI	11,67%	14,59%	17,51%	8,75%	5,84%
IPCA	5,03%	6,29%	7,55%	3,77%	2,52%

IPCA/SELIC: (Fonte: Boletim Focus 07/01/2022 para 31/12/2022)
LIBOR / CDI : (Fonte AMBIMA 11/01/2022 para 31/12/2022)

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação das aplicações financeiras é apresentada abaixo:

31 de dezembro de 2021

Análise de sensibilidade taxa de juros	Cenários				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Equivalentes de caixa (receita financeira)	8.907	11.134	13.361	6.680	4.454
Aplicações financeiras (receita financeira)	78.003	97.503	117.004	58.502	39.001
Empréstimos e financiamentos (juros)	(283.040)	(766.595)	(1.250.150)	200.515	684.070
Parte relacionada (juros)	(1.068)	(2.325)	(3.604)	167	1.379
Impactos de (perda) ou ganhos no exercício	(197.198)	(660.283)	(1.123.389)	265.864	728.904

IPCA/SELIC: (Fonte: Boletim Focus 07/01/2022 para 31/12/2022)
LIBOR / CDI : (Fonte AMBIMA 11/01/2022 para 31/12/2022)

d. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e a proteção das dívidas em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

A projeção do fluxo de caixa, o teste de estresse de liquidez e a observação da concentração de pagamentos são os principais procedimentos no arcabouço do gerenciamento da liquidez da Companhia.

- (i) Projeção de fluxo de caixa: mapeia futuras entradas e saídas de caixa como forma de prevenir possíveis descasamentos.
- (ii) Teste de estresse de liquidez: simula o impacto das mudanças no passivo contratado, variação nos preços de mercado entre outros riscos, o incremento no requerimento de garantias e seguros, etc.
- (iii) Concentração de pagamentos: avalia o volume do passivo contratado concentrado nos vértices da estrutura a termo de pagamentos, observando a compatibilidade com as entradas previstas e a reserva de caixa.

As projeções de fluxo de caixa são realizadas com base no modelo de negócio do projeto e sempre partindo do caixa realizado mês a mês. O objetivo é mitigar riscos entre fluxos de entrada e saída, evitando assim o não pagamento, além de fornecer a informação necessária a fim de evitar a concentração de pagamentos em determinada data.

A Companhia em caso de contingência, possui a Conta Reserva do Serviço da Dívida (Debt Service Reserve Account – “DSRA”) com recursos suficientes para pagar 01 ano do serviço da dívida relacionada ao financiamento sênior do projeto.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

31 de dezembro de 2021

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1 – 2 anos	2-25 anos
Empréstimos e financiamentos	2.904.336	2.978.807	-	660.899	329.815	1.988.093
Debêntures	2.499.319	3.177.091	-	213.429	260.501	2.703.161
Empréstimo capital de giro	460.473	460.473	460.473	-	-	-
Fornecedores	557.736	557.736	275.404	267.262	15.070	-
Arrendamentos a pagar	3.492.948	3.632.569	44.725	225.574	255.649	3.106.621
Empréstimos com partes relacionadas	23.375	26.270	-	26.270	-	-
Impostos e Contribuições Sociais	78.902	78.902	78.902	-	-	-
Outras contas a pagar	21.396	21.396	7.080	14.316	-	-
Total	10.038.485	10.933.244	866.584	1.407.750	861.035	7.797.875

31 de dezembro de 2020

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1 – 2 anos	2-25 anos
Empréstimos e financiamentos	2.671.154	2.766.975	-	440.648	228.124	2.098.203
Debêntures	2.571.041	3.371.232	-	258.026	149.544	2.963.662
Fornecedores	313.493	313.493	311.946	1.502	45	-
Arrendamentos a pagar	3.249.721	3.249.721	38.845	216.964	222.083	2.771.829
Impostos e Contribuições Sociais	14.190	14.190	14.190	-	-	-
Outras contas a pagar	10.870	10.870	10.870	-	-	-
Total	8.830.469	9.726.481	375.851	917.140	599.796	7.833.694

e. Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Companhia mitiga os riscos através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pela agência de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Celse. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	1.033	589	224.487	291.911
Aplicação financeira	-	-	142.955	-
Aplicação financeira DSRA	-	-	441.716	454.114
Aplicação financeira DSPA	-	-	104.405	-
Total	1.033	589	913.563	746.025

O Contas a Receber da controlada CELSE não apresenta risco de recebimento porque são 26 Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (“CCEAR”), com distribuidoras de energia no Brasil. O CCEAR, em sua Cláusula 1ª, prevê a assinatura de instrumento jurídico-financeiro com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações do comprador, em especial quanto aos pagamentos a serem feitos ao vendedor. Assim sendo, Como garantia do fiel cumprimento das obrigações do CCEAR, as 26 distribuidoras firmaram contrato de constituição de garantia de pagamento, via vinculação de receitas (CCG).

f. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Com o objetivo de proteger o pagamento futuros do serviço da dívida da GE Capital - financiamentos em moeda estrangeira (Nota 18) -, em 2020 a CELSEPAR contratou 2 (duas) opções flexíveis de compra (call) de câmbio do Banco Santander e do Banco Itaú Unibanco S.A. (nota 18).

30 Compromissos assumidos

Compromissos assumidos pela controlada CELSE

Os compromissos da controlada CELSE relativos aos contratos de longo prazo para operação e manutenção da usina, em 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

Obrigações Contratuais em 31 de dezembro de 2021	Prazo do contrato	Menos que 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total (24 anos)
Contrato de compra de energia (a)						
Receita fixa	25 anos	1.867.613	3.735.225	3.735.225	33.617.025	42.955.088
Receita variável (*)	25 anos	2.452.916	4.905.831	4.905.831	44.152.481	56.417.060
Contrato de compra de gás (*) (b)	25 anos	2.238.378	4.476.755	4.476.755	40.290.799	51.482.687
Contrato de prestação de serviço de operação e manutenção da planta (*) (c)	25 anos	91.082	182.164	182.164	1.639.476	2.094.886
Contrato de prestação de serviço de operação e manutenção do navio (d)	25 anos	43.611	87.222	87.222	784.998	1.003.053

(*) Considerando o despacho da usina em 50% de sua capacidade por ano

- (a) Contrato de compra de energia no ambiente regulado entre a controlada CELSE, e vinte e seis distribuidoras de energia, por um período de 25 anos. Desde janeiro de 2020, a controlada CELSE é obrigada a fornecer uma garantia física mensal ou manter uma disponibilidade mensal de 867 MW (Megawatts) por esta obrigação contratual, a controlada CELSE será remunerada por meio

de receita fixa no valor anual de R\$ 1.867.613 (valor previsto para 2021, sem correção), atualizado anualmente pelo IPCA. Além disso, o contrato também prevê a efetiva entrega de energia elétrica às distribuidoras, caso ocorram solicitações de entrega física, a quantidade de energia a ser entregue será informada pela operadora do sistema e avaliada pelo Custo Variável Unitário (CVU) da CELSE, conforme definido no contrato (PPAs), que representa um valor suficiente para cobrir todos os custos operacionais variáveis da usina.

- (b) Em novembro de 2016, a controlada CELSE assinou um contrato de compra de gás para sua usina termelétrica com a Ocean LNG, uma joint venture formada pela Qatar Petroleum e ExxonMobil. O contrato de compra e venda foi negociado pelo prazo de 25 anos a partir da entrada em operação comercial, iniciando-se a obrigação contratual de entrega de energia dentro dos contratos CCEAR (Environment Power Purchase Agreements) firmados no leilão A-5/2015. O preço em cada data de compra será baseado nos preços de mercado. O contrato base consiste em 68.400.000 MMBTU (milhões de unidades térmicas britânicas) anuais, multiplicado pelo número de dias no respectivo ano contratual e dividido pelo número de dias no respectivo ano civil. O valor total do contrato é estimado em R\$ 94.814.354 (US\$ 16.990.297, assumindo um preço Brent de US\$ 81,44 e uma taxa de câmbio de R\$ 5,5805/US\$).
- (c) Em 22 de dezembro de 2016, a controlada CELSE firmou contratos de prestação de serviços para operação e manutenção da usina (O&M) pelo prazo de até 25 anos com a GE Global Parts and Products GmbH e a GE Power & Water Equipamentos e serviços de Energia e Tratamento de Água Ltda, a partir da data de início das operações comerciais na Usina, ou seja, 20 de março de 2020. O valor total aproximado dos contratos é estimado em R\$ 4.554.100.
- (d) Em 23 de março de 2018, a controlada CELSE firmou contrato de prestação de serviços de operação e manutenção do FSRU Golar Nanook pelo prazo de 25 anos com a Golar Power Latam Serviços Marítimos Ltda. O valor total do contrato é de aproximadamente R\$ 1.090.275.

31 Demonstrações adicionais de fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta informações adicionais sobre as transações relacionadas à demonstração do fluxo de caixa que não afetam o caixa.:

	2021	2020
Adição de imobilizado:		
Juros acumulados (taxa de juros efetiva)	-	(166.962)
Direito de Uso – Arrendamento FSRU Golar Nanook	(97.379)	(3.261.205)

32 Eventos subsequentes

Revisão da Garantia Física

Em 17 de janeiro/2022, a CELSE foi autorizada a alterar a potência instalada da UTE Porto de Sergipe I, de alterar, de 1.515,64 MW para 1.593,199 MW, nos termos do Despacho ANEEL nº 101/2022 (vide anexo), em razão de um teste de performance nas respectivas Unidades Geradoras, que resultou no aumento de suas capacidades. Assim, seguindo o rito de alterações, a CELSE deve solicitar ao MME a revisão da Garantia Física da UTE, nos termos da Portaria MME nº 492/2014, sendo que o MME realizará esta revisão até duas vezes por ano, até 30 de março e/ou até 30 de setembro de cada ano.

Descontinuação da London Interbank Offered Rate (“LIBOR”)

Estão em andamento as negociações para taxas alternativas de referência em substituição a LIBOR, que ocorrerá até 30 de junho de 2023. No dia 08 de fevereiro de 2022, a Celse recebeu do IFC uma carta propondo à *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) como a taxa de referência alternativa do empréstimos em dólar (USD). Esta taxa vem sendo utilizada por diversas instituições financeiras em todo o mundo, incluindo a IFC, a mesma é publicada pela *Chicago Mercantile Exchange* (CME Group). A SOFR tem se tornado o benchmark preferido para empréstimos comerciais globais baseados em USD, inclusive em mercados emergentes. Ao contrário das taxas compostas determinadas em atraso, o termo SOFR é antecipado, calculado e publicado em cada dia útil, incluindo um, três, seis e 12 meses. Portanto, mutuários e credores conhecerão a taxa de juros aplicável bem antes da data de pagamento dos juros, assim como libor. Isso permitirá uma interrupção mínima na administração contínua dos empréstimos. Ao contrário da LIBOR, no entanto, a SOFR não inclui um prêmio interbancário de risco de crédito. As taxas de SOFR são compostas por transações que são garantidas por títulos do Tesouro dos EUA. O SOFR é considerado virtualmente "livre de riscos" e inferior ao LIBOR. Consequentemente, o empréstimo SOFR requer um ajuste adicional de spread visando preservar a economia subjacente do empréstimo para credores e mutuários.

Glauco Maximiano de Campos
Diretor Presidente

Ricardo de Souza Assef
Diretor Financeiro

Marcio Adriano Barros Lima
Contador – CRC/MA 010.744/O-3